

“MAS O VENTO CONTINUA”. PEDRO CASALDÁLIGA E A PRELAZIA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA. LIÇÕES DE RESISTÊNCIA DURANTE A DITADURA

“BUT THE WIND CONTINUES”. PEDRO CASALDÁLIGA AND THE PRELACY OF SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA. LESSONS OF RESISTANCE DURING THE DICTATORSHIP



Vitale Joanoni Neto¹

Resumo

Este artigo discute a ditadura militar e seus impactos no Araguaia mato-grossense. Analisa as intervenções levadas para uma região habitada por povos indígenas e posseiros em situação de quase isolamento, as arbitrariedades cometidas por empresas e funcionários públicos contra esses moradores e a importância da criação da Prelazia de São Félix do Araguaia que, graças à figura de seu Bispo Dom Pedro Casaldáliga, tornou-se a referência para o enfrentamento e resistência às violências sofridas.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Mato Grosso; Prelazia de São Félix do Araguaia.

Abstract

This article discusses the military dictatorship and its impacts on Araguaia Mato Grosso. It analyzes the interventions carried out in a region inhabited by indigenous peoples and squatters in a situation of almost isolation, the arbitrary acts committed by companies and public officials against these residents and the importance of creating the Prelacy of São Félix do Araguaia which, thanks to the figure of its Bishop Dom Pedro Casaldáliga, became the reference for confronting and resisting the violence suffered.

Keywords: Military Dictatorship; Mato Grosso; Prelacy of São Félix do Araguaia

Introdução

Passados 60 anos do 31 de março de 1964, continuamos nos surpreendendo com as muitas faces produzidas pela ditadura que a ele se seguiu

¹ Doutor em História pela UNESP de Assis, com Pós-Doutorado pela School of Geosciences at the University of Edinburgh. Professor Titular do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso. Desenvolve atividades de extensão, ensino e pesquisa junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFMT. E-mail: vitale.neto@ufmt.br.



e que violentou a frágil tradição democrática brasileira. Temos insistido que não é possível um melhor entendimento do Golpe militar de 1964 e da Ditadura decorrente, sem considerarmos a história relativa a esses acontecimentos pelo interior do Brasil.

Esse texto visa tratar de um desses aspectos envolvendo um variado conjunto de elementos e atores sociais. Igreja Católica, povos indígenas, migrantes, posseiros, empresários e Forças Armadas. O espaço estudado compreende a área da Prelazia de São Félix do Araguaia, fortemente identificada na liderança de seu Bispo, Dom Pedro Casaldáliga.

Nosso objetivo é analisar estes conflitos à luz de suas especificidades, destacando-as, bem como os impactos sobre os atores locais. Tais temas tratados aqui estão relacionados à repressão, ameaças, tortura e assassinatos e serão analisados em suas particularidades relacionadas à realidade rural e interiorana da Prelazia, marcada por fortes disputas de terras provocadas pelas políticas públicas implantadas pelo Estado Ditatorial sobre a Amazônia Legal.

A participação de empresários, religiosos, políticos e outros membros da sociedade civil, apoiando o golpe e a ditadura, também foi frequente em Mato Grosso. Em que pese isso, optamos por utilizar ao longo do texto, os termos “golpe” e “ditadura”, em lugar de outros possíveis. Entendemos o argumento de Aarão Reis quando afirma que o uso do termo “ditadura civil-militar” visou jogar luz à participação desses setores da sociedade desde a implantação desse regime no Brasil. Sá Motta, no entanto, afirma que essa adjetivação (e outras como “burocrática”, “eclesiástica”, “midiática”, “empresarial”), geram outros problemas, como por exemplo, podem induzir a considerar que todas as pessoas ligadas a determinado segmento, apoiaram a ditadura². Outro problema seria dividir ou tirar o peso do protagonismo que, a nosso ver, os militares de fato exerceram durante esse período. Eles ocuparam os cargos de alto escalão do Estado Brasileiro, ou controlaram com mão de ferro aqueles que concordaram e foram coniventes com suas ações. Por fim, considerando que as disputas pela memória se acirraram nesses últimos anos, tais adjetivações, dividiram as atenções e contribuíram para dificultar o entendimento das responsabilidades

² MOURA, Bruno de Freitas. Ditadura militar ou civil-militar? In: Agência Brasil. Rio de Janeiro, 31 de março de 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-03/ditadura-militar-ou-civil-militar-saiba-o-que-esta-por-tras-dos-nomes>. Acesso em: 21 ago. 2024.



que cabem aos militares quanto ao golpe, à ditadura e aos seus impactos sobre a sociedade brasileira.

A oposição à ditadura militar no Brasil (1964 e 1985), foi duramente reprimida. Essa reação assumiu, por vezes, um verniz de ação institucional, respaldada por uma legislação imposta, como a cassação de mandatos, a censura. Ou foi perpetrada por uma rede clandestina, formada por agentes do Estado, profissionais liberais e empresários que financiavam tais ações. Esses grupos foram responsáveis por sequestros, torturas, cárcere privado, assassinatos e, apesar de inúmeras evidências comprobatórias dos fatos e autores, permanecem impunes³.

Tratar da resistência e da repressão na Amazônia durante a Ditadura Militar, implica em considerar a sua condição de fronteira ou, em outras palavras, à ideia de que existe uma territorialidade central (a centralidade é definida pelos poderes políticos e econômicos e pelo entendimento de que, neles estão os padrões culturais e civilizatórios), e seus respectivos avessos, identificados como “periferia”, nas quais os aparelhos de Estado estão presentes de forma precária compartilhando suas competências com empresas privadas, igrejas, organizações não governamentais. Segundo Serje⁴, ainda que tais espaços possam ser vistos como sofrendo a indiferença, ou mesmo a ausência do Estado, de fato as intervenções nessas fronteiras são o resultado de decisões tomadas nos centros metropolitanos, com linhas de atuação consistentes ao longo da história, pautadas pela lógica da destruição massiva, espaços onde as relações capitalistas se desenvolvem em condições de excepcionalidade e, portanto, onde as leis que regem as territorialidades centrais, não chegam⁵.

³ Cabe aqui recordar os estudos de Sá Motta, que chamam a atenção para aspectos da Cultura Política brasileira e o fenômeno da acomodação que, “permite expressar melhor a ideia de que mesmo em uma ditadura houve oportunidades para acomodar intelectuais e acadêmicos do campo oposicionista, em um jogo de mútuas concessões entre Estado e atores sociais.”, fato que nos permite entender traços históricos da nossa sociedade, mesmo em momentos como o aqui estudado, de supressão de direitos e liberdades. Sobre o Araguaia, vale a menção (ainda que rápida), à atuação da Comissão Bipartite, que discutiu a atuação da Igreja de São Félix do Araguaia e mediou ações contra seu clero, o que pode ser entendido no sentido dado ao termo por Sá Motta. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A estratégia de acomodação na ditadura brasileira e a influência da cultura política. **Páginas** - Revista digital de la Escuela de Historia, Universidad Nacional de Rosario, ano 8, n. 17, p. 9-25, maio/ago. 2016. Cf.: SERBIN, Kenneth P. **Bispos e Militares: tortura e justiça social na ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

⁴ SERJE, Margarita. El ‘E/estado de frontera’: las fronteras del capitalismo en América Latina. In: ROMANI, C.; MENEGAT, C.; ARANHA, B. (org.). **Fronteiras e Territorialidades: miradas sul-americanas da Amazônia à Patagônia**. São Paulo: Intermeios, 2019. p. 20.

⁵ Tal reflexão nos dá uma boa pista para entendermos as razões para a pouca visibilidade dos estudos sobre o Estado ditatorial nessa “periferia”. A assimetria regional existente nos mais



O Estado ditatorial organizou uma rede de agências, criou planos e programas como incentivos, desenvolveu campanhas publicitárias para atrair empresas e trabalhadores para ordenar a reocupação da Amazônia nos padrões do capital. A precariedade das instâncias estatais e a permissividade delegada às empresas para agir nessa fronteira fez surgir casos de trabalho escravo contemporâneo, tráfico de pessoas, violências contra povos indígenas e o não cumprimento dos contratos com os colonos que haviam comprado terras em projetos de colonização.

A imposição desse modelo de reocupação do território, como esperado, gerou protestos e conflitos envolvendo grupos indígenas, trabalhadores, pequenos proprietários rurais (os colonos). As empresas de colonização, agropecuárias ou extrativistas, usaram seguranças armados ou pistoleiros, para enfrentar essa resistência. A polícia, quando acionada enfrentava problemas como a distância, os destacamentos pequenos, os meios (ou a falta deles), para o deslocamento e a permanência nos locais. Frequentemente esses agentes públicos acabavam agindo a serviço dos empresários locais, pessoas poderosas e com vínculos junto às forças políticas estaduais ou nacionais.

Apresentação do Mato Grosso e do Araguaia

Até 1975, Mato Grosso possuía um território com 1.231.549 km² e fronteiras internacionais com a Bolívia, de 1.166 km, e com o Paraguai de 1.131 km. A população do estado, em 1960, estava estimada em 910.262 habitantes ou 1,3% da população nacional, estava distribuída em 84 municípios. As terras ao sul do estado eram consideradas férteis e usadas para agricultura e pecuária. As terras do cerrado eram desvalorizadas pois os solos eram vistos como fracos ou inférteis. Nas áreas úmidas do Pantanal havia uma tradição de uso para a pecuária, com grandes fazendas adaptadas aos regimes das águas. A área de

diferentes aspectos, também se verifica aqui. É compreensível que a concentração populacional, econômica e política em alguns pontos do país, levou os golpistas a dirigir as suas ações contra essas regiões. Nelas, as ocorrências da luta armada, os locais de prisões e torturas, os embates políticos, impactaram (inclusive) a produção historiográfica, em busca de um entendimento dos fenômenos decorrentes do Golpe de Estado. Nas últimas duas décadas, no entanto, um crescente número de pesquisas tem se voltado para “fora” dos grandes temas ou para áreas ditas “periféricas”, graças à ampliação das redes de pesquisas, dos Programas de Pós-Graduação pelo interior do país e pela preocupação com um entendimento mais ampliado da ditadura e de seus impactos.



floresta ao norte era pouco conhecida, sua ocupação se dava por empresas extrativistas (látex e poaia), de garimpeiros, ou pelos povos indígenas.

Na década de 1960, o estado se ressentia com a falta de infraestrutura. A rede de transmissão de energia elétrica era muito precária, a malha ferroviária atendia apenas a parte sul do estado e ainda assim, parcialmente. As estradas eram escassas e sem asfaltamento. O acesso fluvial, havia sido muito importante até os anos 1950, mas ao longo da década de 1960 entrou em declínio. Telefonia, correio, escolas, mão de obra, representavam gargalos ao desenvolvimento de Mato Grosso, como de resto a muitos outros estados do Brasil.

A mesorregião do Araguaia mato-grossense⁶, com 177.336,073 km², era formada pelo município de Barra do Garças e em 1960, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possuía 15.151 habitantes (3.184 habitantes na área urbana de Barra do Garças). O vasto território se estendia até a divisa do estado de Mato Grosso com o Pará, limitados a leste e a oeste pelos rios Araguaia e Xingú.

Esta área de Mato Grosso na fronteira com Goiás, ficou conhecida por abrigar as ações da “Marcha para o Oeste”, política de integração lançada por Vargas e que deu origem à Fundação Brasil Central. A criação do Município de Barra do Garças (1948), deu-se sob essa influência direta. Esta confluência entre a foz do Rio das Garças e o alto curso do Rio Araguaia, tornou-se passagem das expedições que saíam de Aragarças (GO), para adentrar o Mato Grosso em direção ao norte, seguindo os cursos dos rios, buscando identificar uma região pouco explorada e estabelecendo contatos com os povos indígenas pouco ou nada conhecidos, apesar do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), manter alguns postos nessa área.

No norte do município de Barra do Garças, no médio curso do Rio Araguaia, existiam algumas localidades pequenas, com casario disperso, produzindo para o autossustento, que desde o início do século XX, aparecem na documentação como locais de passagem de migrantes que vinham do Nordeste brasileiro para os garimpos de diamante do antigo leste de Mato Grosso⁷. Tal era

⁶ O termo Mesorregião corresponde a uma divisão regional atual e não era usado nas décadas de 1960 e 1970. Sua utilização aqui se faz para facilitar o entendimento da área compreendida pelo nosso estudo.

⁷ A denominação “antigo leste de Mato Grosso” faz menção a um território anterior à divisão do estado em 1977, que hoje corresponde ao sudeste do estado.



o caso de Luciara, cujo município foi criado em 1961, e São Félix do Araguaia, emancipado em 1976. A mesorregião do Araguaia era composta em 2020, por vinte e cinco municípios, 318.435 habitantes (1,8 hab/km²).

Poucas, mas substanciais mudanças ocorreram ainda nos primeiros anos da década de 1960. A criação do Parque Indígena do Xingú e do município de Luciara, ambas em 1961. Após 1965, toda a região se tornou alvo de grandes empresas, interessadas nos subsídios e incentivos fiscais dados pelo Governo Federal visando estimular o desenvolvimento da Amazônia e sua integração econômica ao país. Nesse momento, dezenas de estabelecimentos agropecuários foram criados no Araguaia. Dom Pedro Casaldáliga tratou do tema em sua Carta Pastoral em 1971:

Até fins de 1970, tinham sido aprovados para os municípios de Barra do Garças e Luciara, 66 (sessenta e seis) projetos. De lá para cá muitos outros novos já foram criados, como a BORDON S/A, dos Frigoríficos Bordon, NACIONAL S/A, do Banco Nacional de Minas Gerais, cujo presidente é o ex-ministro das Relações Exteriores, Magalhães Pinto, UIRAPURU S/A, do jornalista-latifundiário, David Nasser etc. As áreas de alguns destes empreendimentos, em território da Prelazia, são absurdas. Destacando-se entre todas a AGROPECUÁRIA SUIÁ-MISSU S/A com 695.843ha. e 8.351m², que corresponde aproximadamente a 300.000 alqueires, área 5 vezes maior que o Estado da Guanabara e maior também que o Distrito Federal, de propriedade de uma única família paulista: a família Ometto. Destacam-se também a CIA. DE DESENVOLVIMENTO DO ARAGUAIA - "CODEARA", com área de 196.497,19 ha.; AGROPASA, com 48.165 ha.; URUPIANGA, com 50.468 ha., PORTO VELHO, com 49.994,32 ha. e assim por diante⁸.

Neste trecho da Carta Pastoral acima citado, chama a atenção o tamanho das propriedades adquiridas. Considerando que a legislação da época permitia o desmatamento de 50% da área, pode-se imaginar o impacto causado para o Araguaia, com a perda de áreas comuns de coleta de frutos silvestres, de caça, de coleta de lenha ou de palha para a cobertura das casas que precisavam ser renovadas a cada tempo. Os caminhos tradicionais, usados por essas comunidades, foram interrompidos por cercas, isolando alguns moradores ou interrompendo o acesso entre grupos e áreas comuns, seja de mata, sejam os locais com escola, igreja e espaços de convivência.

⁸ CASALDÁLIGA, Pedro. Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social. São Félix do Araguaia, 1971. (mimeo). p. 12.



Tabela 1 - Projetos de agropecuárias aprovados pela SUDAM no Araguaia Mato-grossense

Nome da Fazenda	Área em hectares	Incentivos Fiscais - Cr\$
Agropecuária Suiá-Missu	695.843	7.878,000
CODEARA (Cia de Desenvolvimento do Araguaia)	129.497	16.066,900
SAPEVA (Sociedade Agropec. Vale do Araguaia)	72.567	6.208,686
Agropecuária Campo Verde	64.819	6.565,129
COREBRASA (Colonização e Representação do Brasil)	52.272	3.130,000
AGROPASA (agropecuária do Araguaia)	48.165	7.122,208
Agropecuária Bela Vista	36.125	4.390,924
Agropecuária Santa Silvia	35.574	3.028,000
Sociedade Agropecuária Brasil Central	31.110	3.729,142
Buritizal Agropecuária	30.621	3.939,638
Tracajá Agropecuária	29.880	3.798,133
AGROINSA (Agropec. Califórnia Com. e Indústria)	29.831	3.142.165
APEME (Agropecuária Alvorada Mato Grosso)	29.703	4.332,496
Elagro Pecuária	29.466	6.459,426
Agropecuária Tapirapé	27.614	3.109,694
Cia desenvolvimento Agropecuário de Mato Grosso	26.824	2.342.725
Agropecuária Guanabara	25.800	4.398,889
Agropecuária Tamakavy	24.999	5.144,623
COLBRASA (Coloniz. e Representações Brasileiras)	24.969	6.774,833
Agropecuária Roncador	24.251	5.369,188
Cia Agro-Pastoril Sul da Amazônia	24.200	4.288,877
Agropecuária Duas Âncoras	23.005	4.191,575
Tapiraguaia Agrícola e Pecuária	21.923	2.519,404
Rancho Santo Antônio	21.780	4.788,884
Agropecuária São Francisco do Xingu	21.000	3.921,364
Agropecuária Três Marias	20.000	3.505.768
Agropecuária Tatuibi	19.936	5.973,970
Tabaju Agropecuária	19.931	3.019,474
Agropecuária São José	19.915	4.960,318
Companhia Agropecuária Sete Barras	19.360	6.320.477
Agropecuária Santa Rosa	19.360	3.968,033
Agropecuária 7 de setembro Ltda	18.582	2.025,620
Rio Fantoura Agropecuária	14.864	3.754,920
AGROPEMA (Agropecuária Médio Araguaia)	11.370	4.288,877



FAASA (Fazenda Associadas do Araguaia)	10.000	1.413,188
Joaçaba Agropecuária	9.744	1.417,255
CODESGA (Cia. De Desenvolvimento Garapu)	9.000	3.207.265
Empresa Agropecuária Ema	8.952	1.514,838
Agropecuária Colorado	5.413	1.526,140
Santa Luiza Agropecuária	4.930	1.959,037
Agropecuária Duas Pontas	-----	812,719
FRENOVA (Agropecuária Nova Amazônica)	-----	4.872,318
Agropecuária Cocal	-----	4.235,909
Agropecuária São João da Liberdade	-----	6.213,140
Agropecuária Rio Manso	-----	2.307,809
Agropecuária Remanso Açu	-----	2.989,015
Cia Agrícola e Pastoril São Judas Tadeu	-----	5.955, 380
CIAGRA (Cia Agro-Pastoril Aruanã)	-----	5.975, 784
Fazenda Nova Quênia	-----	2.115,148
Independência Agropecuária	-----	1.460,546
Noideri Agropecuária	-----	2.66,771
Nativa Agropecuária	-----	1.593.654
Norte Pastoril Mato-Grossense	-----	5.881,454
Paubrelândia Agro-Pastoril do Brasil Central	-----	1.913.721
Total	2.166.189	261.647,972

Fonte: MENEZES, Fernanda de Queiróz. **Pedro Casaldáliga e sua prática social no período da ditadura civil-militar:** 1968 a 1980. 213p. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2016.

O estabelecimento destas empresas trouxe impactos imediatos para os moradores locais. Os povos indígenas tiveram seus territórios tradicionais invadidos, desmatados e tomados por pastos. Os posseiros foram expulsos de suas áreas, uma vez que as empresas se apresentavam com títulos de propriedades e asseguravam seu direito contra a ocupação (ainda que muito antiga), do pequeno produtor. As vilas também foram ameaçadas por estarem em áreas de interesse destas companhias. Em casos como o de Santa Terezinha, a escola foi demolida pela Companhia de Desenvolvimento do Araguaia (CODEARA), que pressionava pela desocupação do local. Milhares de trabalhadores braçais foram levados para o Araguaia para a abertura destas fazendas. Esses peões trabalhavam sem nenhum direito assegurado, contratados por gatos, sujeitos a longas jornadas e com frequência, submetidos à condição de



trabalho escravo contemporâneo. Nessa área foi criada a Prelazia de São Félix do Araguaia.

Armando Conde, apoiador dos governos militares pelo que se depreende da narrativa em seu livro de memórias, afirma que se interessou pelas terras no nordeste de Mato Grosso pelas condições oferecidas pela SUDAM⁹. Conde foi um dos proprietários do Banco de Crédito Nacional e, segundo ele afirma, junto com outros investidores, comprou em 1966, 370 mil hectares de terras, dos quais 200 mil foram destinados à CODEARA, uma fazenda dedicada à pecuária¹⁰. As terras adquiridas nessa ocasião, pertenciam a outro grupo empresarial, e ficavam na área de abrangência definida pelo Decreto-lei n. 1.164/71.

Uma Igreja contra o Latifúndio

Figura 1 – Área da Prelazia de São Félix do Araguaia



Fonte: GOMES, Maria Henriqueta dos Santos. **Um grande ateliê:** a arte a serviço da missão (1977-2001). 188p. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2012.

⁹ CONDE, Armando. **A riqueza da vida:** memórias de um banqueiro boêmio. São Paulo: Record, 2006. p. 107.

¹⁰ CONDE, Armando. **A riqueza da vida**, 2006, p. 108.



A Prelazia de São Félix do Araguaia (**Figura 1**), foi criada em 13 de março de 1970, pelo papa Paulo VI, por meio do decreto *Quo Commodius*, totalmente incluída na mesorregião do Araguaia mato-grossense e na Amazônia Legal, compreendendo parte do município de Barra do Garças e toda a área de Luciara¹¹. Seus limites naturais são o Rio Araguaia, incluindo a Ilha do Bananal e, no outro extremo, o Rio Xingu; ao Norte, o Estado do Pará e ao Sul a área que atualmente corresponde aos municípios de Cocalinho, Canarana e Gaúcha do Norte. Abrange um território de 150.000 km².

A economia local é baseada na pecuária de cria, recria e corte (trazida pelos projetos agropecuários acima mencionados), e na agricultura, voltadas tanto para o autossustento quanto para a comercialização. O solo permite o cultivo de inúmeras espécies vegetais, com destaque para o arroz, banana, mandioca e no século XXI, soja e sorgo¹². Há, na região, um significativo contingente de indígenas, em especial das etnias Tapirapé, Karajá e Xavante, Caiapó, que sofreram intensamente com a implantação dos grandes projetos agropecuários.

O Padre Pedro Casaldáliga¹³, chegou a São Félix do Araguaia em julho de 1968 e ficou impressionado com as condições de vida dos moradores. O choque ao observar a miséria do povo sertanejo, marcado pela exploração realizada por fazendeiros e capatazes, marcou-o desde o primeiro dia. Diante desse quadro, percebeu que a pobreza e as desigualdades locais estavam ligadas à injustiça e ao uso criminoso dos aparelhos do Estado contra os pequenos proprietários, posseiros, indígenas e peões. Colocou-se contra o modelo de colonização realizado e tratou em seus textos de temas como o racismo e a misoginia, muito antes desses temas se tornarem frequentes na sociedade brasileira¹⁴.

¹¹ Área correspondente em 2024 aos municípios de Alto Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia, Canabrava do Norte, Confresa, Luciara, Novo Santo Antônio, Porto Alegre do Norte, Ribeirão Cascalheira, Santa Cruz do Xingu, Santa Terezinha, São Félix do Araguaia, São José do Xingu, Serra Nova Dourada, Vila Rica e Querência

¹² FEITOSA, Beatriz dos Santos de Oliveira. A problemática da desterritorialização do pequeno produtor na microrregião norte Araguaia mato-grossense. In: BARROZO, João Carlos (org.). **Norte Araguaia: territórios e conflitos**. Belém: NAEA, 2019. p. 78.

¹³ Nascido em 16 de janeiro de 1928 em Balsareny, na província de Barcelona. Ordenado em 1952 em Barcelona, em 1967 participou do Capítulo Geral da Congregação Claretiana em Roma, onde organizou a sua vinda para o Brasil. Em 1968, junto com o Pe. Manoel Luzón, companheiro de Ordem Religiosa, fundou a missão Claretiana no Estado do Mato Grosso em São Félix do Araguaia, com a incumbência de estruturar o terreno para instalação da futura prelazia que foi implantada em 1969.

¹⁴ CASALDÁLIGA, Pedro. **Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social**, 1971, (mimeo) p. 10.



Ainda em 1970, o padre escreveu o documento: “Escravidão e Feudalismo no norte de Mato Grosso”, denunciando a situação de precariedade da vida e os graves problemas encontrados na região. O documento foi enviado para as autoridades da Igreja e do governo, o que atraiu a atenção sobre ele, e passou a ser suspeito de atividades subversivas.

Ariosto da Riva¹⁵, sócio do Grupo Ometto na Agropecuária Suiá-Missu S/A acima mencionada, representando os demais latifundiários daquela região, foi ao encontro do Núncio Apostólico do Brasil Umberto Mozzoni, acompanhado por um sacerdote, na tentativa de barrar a sagração de Casaldáliga.

Depois de vários meses de boatos e calúnias, de ameaças de prisão, de morte, de “descida” da polícia federal e do exército, com prognósticos sucessivamente datados depois de várias tentativas de convencer-nos ou de intimidar-nos por meio de mensageiros pessoais, na primeira semana do mês de setembro último, o Sr. Ariosto da Riva - pai e mentor de latifundiários - acompanhado de um sacerdote religioso, se apresentou ao Senhor Núncio, no Rio, para tentar impedir a minha sagração¹⁶.

Criada a Prelazia de São Félix do Araguaia, Dom Pedro foi nomeado Bispo em 27 de agosto de 1971 e nessa ocasião publicou a Carta Pastoral com o título “Uma Igreja da Amazonia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”. Esse documento foi divulgado em todo o Brasil, reproduzido clandestinamente e levado para outros países com grande repercussão e colocou Dom Pedro, a Prelazia e seus membros no centro das atenções dos militares.

Os conflitos envolvendo empresários, autoridades públicas, igreja local, indígenas e posseiros no Araguaia mato-grossense foram constantes. Quando os mecanismos de pressão locais não funcionaram, as visitas ao governador do estado, aos Ministérios em Brasília, ou mesmo ao Presidente da República, pedindo providências, foram realizadas. Também se lançou mão das campanhas

¹⁵ Proprietário da colonizadora Integração, Desenvolvimento e Colonização (INDECO), responsável pela colonização de Alta Floresta e na Prelazia de São Félix do Araguaia, foi um dos responsáveis por ocupar a área de Marãiwatsédé, após a expulsão dos Xavantes pelo governo ditatorial para a limpeza do território. A prelazia foi uma das principais apoiadoras dos Xavantes na luta pela terra. Sobre a atuação de Ariosto da Riva em Marãiwatsédé. Cf. ROSA, Juliana Cristina da. **A luta pela terra Marãiwatsédé: povo Xavante, Agropecuária Suiá Missú, posseiros e grileiros do Posto da Mata em disputa (1960-2012)**. 2015. 318 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Cuiabá, 2015.

¹⁶ CASALDÁLIGA, Pedro. **Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social**, 1971, (mimeo) p. 30.



na imprensa nacional para angariar apoio junto à opinião pública, pressionar os envolvidos e justificar as ações repressivas.

A equipe da Prelazia de São Félix do Araguaia era composta por leigo(a)s e religioso(a)s. O padre Francisco Jentel estava na região desde 1954 e as Irmãs de Jesus de Charles de Foucauld haviam chegado em 1952. Outras pessoas chegaram para trabalhar em obras iniciadas pela Igreja, como escolas e atendimento à saúde. A extensão territorial e a deficiência de acessos eram desafios.

As ações da prelazia e o projeto militar para a região eram conflitantes e os problemas apareceram muito rapidamente e atingiram posseiros, povos indígenas e os membros da Igreja.

Violência e repressão como resultado da implantação dos projetos agropecuários na Amazônia

Conflitos envolvendo posseiros que ocupavam a terra havia mais de uma década e empresas com títulos de propriedades recém-emitidos, foram registrados em Porto Alegre do Norte, Serra Nova Dourada, Pontinópolis, Ribeirão Cascalheira, São José do Xingú, Santa Terezinha (entre outros), com as empresas usando oficiais de justiça e a polícia para dar o aspecto de legitimidade à sua ação. Os jagunços exerciam uma pressão constante, destruindo roças, incendiando barracos, proibindo o acesso a áreas comuns que serviam para buscar lenha, coleta de frutos da estação como o Pequi, a caça de pequenos animais, atividades que ajudavam na subsistência dessas comunidades.

Os conflitos acima mencionados são em decorrência das arbitrariedades cometidas por empresas que, como afirmou Serje¹⁷, acabam por assumir as funções de um Estado que lhes delega a imposição de uma ordem local. Por outro lado, as manifestações de oposição ao regime militar e às políticas dirigidas para a Amazônia, que extrapolaram o local e assumiram dimensões nacionais ou internacionais, expondo o caráter ditatorial do Estado brasileiro, foram vistas como ameaças à Segurança Nacional e tratadas como tal.

As intervenções impostas à vida das comunidades locais foram associadas às ideias de progresso e desenvolvimento, em oposição aos modos de vida locais, considerados atrasados ou primitivos. Quando a resistência à imposição desses

¹⁷ SERJE, Margarita. *El 'E/estado de frontera'*, 2019, p.11.



projetos aumentou, as instâncias governamentais foram acionadas. Foi assim que o Padre Francisco Jentel, que trabalhava junto aos Tapirapé desde 1954, foi acusado de organizar os posseiros de Santa Terezinha contra a CODEARA, armá-los e treiná-los para uma guerrilha, o que resultou em sua expulsão do país em 1973. Um ano antes, o exército havia ocupado Santa Terezinha em busca de armas e perseguido os posseiros acusados de subversão. Os homens do povoado tiveram que fugir para as matas por meses para escapar da prisão¹⁸.

Em outro episódio, o povoado de Serra Nova foi cercado por militares fazendo buscas nos ranchos. A população foi ameaçada e intimidada. O leigo José Pontim passou a ser procurado sob a acusação de posse de material altamente subversivo (coleção de alfabetização de Paulo Freire, apostila de Salmos de Ernesto Cardenal). Alguns padres foram presos e agredidos para dizer o seu paradeiro. Inicialmente levados para a fazenda AGROPASA, reunidos com outras pessoas também detidas, levados todos para Cuiabá, depois para Brasília onde “os interrogatórios eram a base de choque elétrico, alguns levavam socos na cabeça ou mesmo os famosos telefones, que são socos nos ouvidos”¹⁹. Transferidos para um quartel em Campo Grande, continuaram a ser torturados. “A primeira vez levei choque todo o tempo, ficava deitado de bruços no chão e colocaram os terminais dos fios no glúteo. Os choques causavam uma contração violenta dos músculos da perna, causando uma dor horrível”²⁰.

Episódios como esses rapidamente mencionados, mostram-nos que, apesar da precariedade dos serviços prestados pelo Estado nessa região de fronteira (não havia escolas, atendimento de saúde pública, estradas e quando havia, eram precários), quando acionado pelas instâncias locais (elites políticas, empresas, polícia militar), ele se fez presente visando assegurar que o projeto inicialmente instalado na Amazônia, se cumprisse, reprimindo com violência as manifestações contrárias, por vezes respaldado por leis criadas para justificar as intervenções ou, usando as medidas repressivas que notabilizaram a Ditadura Brasileira que, nesse caso, incluíram prisões arbitrárias, torturas e ameaças.

¹⁸ ESTERCI, Neide. **Conflito no Araguaia**: peões e posseiros contra a grande empresa. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 9.

¹⁹ Relatório de Prisão de Terezinha – Documento do Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia – Ao8. 2.14, 1973, p. 19.

²⁰ Relatório de Prisão de Tadeu – Documento do Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia – Ao8. 2.15, 1973, p. 13.



Porto Alegre do Norte

Uma das denúncias feitas por Casaldáliga²¹, dizia respeito a reunião de grupos empresariais e agropecuários para a aquisição de grandes áreas no Araguaia. Foi assim com a CODEARA²², com a Suiá-Missú²³ e com a FRENOVA, da qual trataremos rapidamente aqui.

A FRENOVA, Fazendas Reunidas Nova Amazônia S/A, começou a ser organizada em 1970 a partir da reunião de seis fazendas, segundo Castravechi²⁴, ou sete fazendas, segundo Canuto²⁵. Dentro da área que a fazenda pretendia titular, estava o povoado de Porto Alegre do Norte, ocupado desde os anos 1940. Cerca de 180 famílias viviam no local, havia um barracão que servia de escola e atendia a 120 alunos.

De posse do título de propriedade, a FRENOVA pressionou os posseiros a saírem das terras. Oferecia uma indenização de Cr\$150,00 pelas benfeitorias²⁶ e aos que recusavam, pressionava com a Polícia Militar²⁷. Em 17 de setembro de 1970, em sessão extraordinária na Câmara Municipal de Luciara, a quem pertencia o povoado, aprovou a desapropriação da área em favor da fazenda Frenova:

Ata da sessão extraordinária da Câmara Municipal de Luciara, convocada pelo exmo. sr. Prefeito Municipal, conforme Ofício nº 233/70 de 16 de setembro de 1970 e realizada às 14 horas do dia 17.9.70. [...] O [decreto] de nº 59/70 solicitava ainda a autorização para desapropriação de uma gleba de 4.500ha onde se encontra localizado o povoado de Porto Alegre do Norte, neste município, de propriedade da FRENOVA – Nova Amazônia Ltda²⁸.

²¹ CASALDÁLIGA, Pedro. **Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social**, 1971, (mimeo), p. 12.

²² CONDE, Armando. **A riqueza da vida**, 2006. p. 107.

²³ ROSA, Juliana Cristina da. **A luta pela terra Marãiwatsédé**, 2015, p. 76.

²⁴ CASTRAVECHI, L. A. **A Prelazia de São Félix do Araguaia e a luta pela terra em Porto Alegre do Norte/ Mato Grosso (1970-1980): migração e conflito no campo**. 359p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2017. p. 128.

²⁵ CANUTO, Antônio. **Resistência e luta conquistam território no Araguaia mato-grossense**. São Paulo: Outras Expressões, 2016. p. 210.

²⁶ O valor de um salário-mínimo em 1970 era Cr\$187,20. Disponível em: [Histórico do salário mínimo - Tabela completa \(ecalculos.com.br\)](https://www.ecalculos.com.br/historico-do-salario-minimo). Acesso em: 06 maio 2024.

²⁷ CANUTO, Antônio. **Resistência e luta conquistam território no Araguaia mato-grossense**, 2016, p. 210.

²⁸ CASTRAVECHI, L. A. **A Prelazia de São Félix do Araguaia e a luta pela terra em Porto Alegre do Norte/ Mato Grosso (1970-1980)**, 2017, p. 160.



Com essa aprovação, o prefeito José Liton Luz ordenou que os moradores deixassem as suas posses e as entregassem à FRENOVA e, juntamente com o gerente da agropecuária, Sr. Plínio Ferraz, tentou transferir os posseiros para uma área denominada de “Mata de Coco”, um terreno alagadiço, já em poder de outros posseiros e sob a reclamação de outra fazenda, mas os trabalhadores do povoado de Porto Alegre do Norte recusaram²⁹. Cercas foram construídas em meio ao povoado e o barracão da escola foi demolido. Para evitar a reação dos posseiros, essas operações foram acompanhadas por funcionários da fazenda fortemente armados.

A Prelazia, recém-criada, acompanhava o caso com apreensão, o Padre Henrique Jacquemart fazia visitas ao vilarejo e conversava com os posseiros, esclarecendo-os acerca de seus direitos. Não acostumados com essa interferência em seus negócios, o gerente da fazenda decidiu tomar providências para evitar a presença do padre e contratou duas pessoas para assassiná-lo³⁰, o que, para a sorte do Padre Henrique, não aconteceu.

O Bispo Pedro Casaldáliga reproduziu páginas de seu diário em um livro, no qual narrou parte dessa sua experiência ocorrida em outubro de 1972, em São Félix do Araguaia, sede da Prelazia.

Chegaram um general, o CORONEL RAMALHO – a quem Deus perdoe! –, quatro caminhões do Exército e dois jipes. Soldados, armas, munições. Vêm procurar terroristas, vêm fazer ‘pesquisas’?! O coronel interpelou a vários [sic] de nossa casa em termos grosseiros, idiotas. A mim, por exemplo: se ouvi falar em Rio de Janeiro ‘, se estou ‘assustado’, ‘se gosto do exército’... [...] Eles fazem força para dizer e mostrar que estão aqui para ajudar, para fazer umas leves pesquisas. Sabemos que na realidade estão buscando fantasmas: terroristas, guerrilheiros, subversivos. E que toda área está sendo ‘enquadrada’ no férreo esquema da ‘Segurança Nacional’. [...] O exército, como supúnhamos, veio efetivamente em exercício antiguerrilha. E o capitão João Evangelista, cínico e vendido, aproveitou a situação para novamente fazer intrigas contra mim, no que se refere ao conflito posseiros-fundiários³¹.

A resistência dos posseiros provocou a ira da empresa. Em novembro de 1972, chegou ao local um Capitão do Exército chamado Ailton Munhoz da Rocha

²⁹ Documento do Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia – A 17.2.25, 1972, p. 2.

³⁰ CANUTO, Antônio. **Resistência e luta conquistam território no Araguaia mato-grossense**, 2016, p. 211; CASTRAVECHI, L. A. **A Prelazia de São Félix do Araguaia e a luta pela terra em Porto Alegre do Norte/ Mato Grosso (1970-1980)**, 2017, p. 305.

³¹ CASALDÁLIGA, Dom Pedro. **Creio na justiça e na esperança**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 67. A primeira edição do livro é espanhola de 1975.



Loper. Segundo Castravechi³², ele se infiltrou na equipe da Prelazia como padre e passou a investigar seus membros. Descoberto, afirmou ser membro do Comando de Repressão da Amazônia e que as autoridades em Brasília estavam convencidas de que ali havia um foco de subversão.

Com a ajuda de policiais militares e de “funcionários” da fazenda, passou a pressionar os posseiros. Ameaçou trazer (novamente) tropas do Exército, exigiu que os posseiros entregassem suas armas e levou o Padre Eugênio Consoli e três posseiros para a sede da fazenda para interrogatório, feito à base de humilhações e violências. Proibiu os religiosos de deixarem a Prelazia, o Padre Jentel foi impedido de celebrar missas, o Bispo foi impedido de falar sobre tais assuntos nas missas e os pilotos de taxi aéreo proibidos de transportar pessoas ligadas à Prelazia. Um bom exemplo do que foi chamado por Martins³³, de militarização da questão agrária na Amazônia.

Ainda em 1975, a FRENOVA passou o controle acionário da Piraguassu (uma de suas fazendas), para o Grupo Yanmar Equipamentos Agrícolas. O conflito se estendeu, sem solução, pelos anos 1980 e 1990. Os relatos de atentados, pistolagem, ameaças, assassinatos e tentativas de assassinatos são recorrentes, bem como a resistência dos posseiros e o apoio da Prelazia. Em 1993, os posseiros invadiram uma área pertencente a uma antiga fazenda chamada Vitória do Araguaia e em 1995 foi criado o Projeto de Assentamento Fartura, mas os conflitos perduraram ainda pelos primeiros anos da década seguinte³⁴.

As muitas formas de resistência à Ditadura Militar no Araguaia mato-grossense

A Carta Pastoral

Datada de 10 de outubro de 1971, 43 dias após a ordenação episcopal do Bispo Dom Pedro Casaldáliga, a Carta Pastoral foi o documento que marcou a fundação da Prelazia de São Félix do Araguaia. Recebeu o título de “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”.

³² CASTRAVECHI, L. A. **A Prelazia de São Félix do Araguaia e a luta pela terra em Porto Alegre do Norte/ Mato Grosso (1970-1980)**, 2017, p. 62.

³³ MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1985.

³⁴ CANUTO, Antônio. **Resistência e luta conquistam território no Araguaia mato-grossense**, 2016, p. 227.



A carta é composta por uma parte inicial com 45 páginas, na qual o Bispo apresenta a Prelazia, os grupos sociais presentes, trata de aspectos geográficos, da infraestrutura regional, dos serviços públicos existentes. Nas 75 páginas que se seguem, há um rol de documentos que tratam da presença dos projetos agropecuários, com dados como nome do projeto, área envolvida e o valor dos incentivos fiscais. Dados sobre os posseiros que desde o início do século XX habitavam a região. Cópia das cartas e ofícios enviados para as autoridades em Brasília (INCRA, Ministério da Justiça, Serviço Nacional de Informações), sobre os conflitos envolvendo empresas, jagunços, posseiros, religiosos, povos indígenas. Uma parte dedicada apenas aos povos indígenas e novamente aos conflitos entre estes e as empresas. Há também uma parte dedicada aos peões que foram levados para as fazendas e, com frequência, foram submetidos à condição de escravos contemporâneos. Uma parte dedicada à polícia e à sua atuação na região e outra à “lei do Posseiro”, escrito pelos moradores do distrito de Pontinópolis, datado de julho de 1971, e falando sobre os usos da terra e a organização social local.

A Carta Pastoral é uma forte expressão de resistência pelas razões que se seguem. Marca uma corajosa e inédita posição de um bispo católico contra as ações desenvolvidas pelo Estado Ditatorial Militar brasileiro. Confronta, com dados oficiais e análises firmes, o discurso de que a chegada das grandes empresas agropecuárias no Araguaia seria o prenúncio do progresso e do desenvolvimento, expõe a contradição entre o estabelecimento dos latifúndios e a desapropriação de posseiros e indígenas, denuncia os inúmeros conflitos entre jagunços e posseiros, os assassinatos e as ameaças e chama a atenção para a inação da polícia militar.

Em um momento em que os povos indígenas mal apareciam nos discursos oficiais, e quando apareciam eram tratados como razão do atraso, primitivos, ou necessitando da “ajuda” do governo para serem civilizados; na Carta Pastoral eles foram tratados como portadores de direitos, como cidadãos respeitados em suas especificidades. Uma forma de retratar os povos indígenas que soou como inovadora e afrontou os discursos oficiais. Junto com esse tratamento, a Carta Pastoral também analisa o direito desses povos à preservação de sua terra e cultura e por isso, ela pode ser vista como um instrumento de resistência.



Ao tratar dos peões, trabalhadores braçais, sem qualificação, trazidos aos milhares de locais distantes (Piauí, Maranhão, norte de Goiás), para a dura tarefa de “abrir” as novas fazendas; a Carta Pastoral (outra vez), de maneira inovadora para a época, ao analisar as suas condições de trabalho e de vida nos acampamentos das fazendas, afirma que estavam submetidos à condição de escravos. Aqui é importante uma distinção. O termo “escravo” foi usado durante todo o século XX em documentos oficiais e na mídia falada e impressa como adjetivo (trabalhava como um escravo), ou em expressões que mitigavam a sua força (escavidão branca). Na Carta Pastoral, Dom Pedro Casaldáliga faz um uso direto, substantivo, do termo (este trabalhador – o peão – é escravo), desnaturalizando uma forma de exploração do trabalho rural que negava os direitos básicos (humanos e não apenas trabalhistas), a essas pessoas.

Por fim, a Carta Pastoral foi um marco de resistência por tratar do machismo e do racismo de forma clara no Brasil de 1971. Ao falar da mulher na sociedade local, afirma que sua situação é humilhante: eram levadas ao casamento por imposição dos homens (pai, futuro marido), desqualificadas em suas vontades e opiniões e sobre elas pesava o papel social de mãe, esposa com todas as obrigações relacionadas, tais como o cuidado dos filhos, cuidado da casa, tarefas domésticas, que nessa sociedade incluem o trato de criações, terreiro, pequenas lavouras³⁵.

Quanto ao racismo, a Carta Pastoral é um documento importante por trazer uma análise que contesta a visão do “colono ideal”, apresentada por empresários como Ariosto da Riva³⁶. Segundo esses empresários, os migrantes do Sul do país seriam melhor preparados para “colonizar” a Amazônia. Os trabalhadores migrantes de outras regiões, como o Nordeste do país, serviam como peões. Na Carta Pastoral, o Bispo analisa as manifestações preconceituosas de “fazendeiros, gerentes e pessoal administrativo das fazendas latifundiárias, QUASE SEMPRE SULISTAS DISTANTES, como estrangeiros de espírito, um pouco superhomens, exploradores da terra, do homem e da política”³⁷. Segundo essas pessoas, os moradores locais eram “índios” (por vezes usado em oposição

³⁵ CASALDÁLIGA, Pedro. **Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social**, 1971, (mimeo), p. 10.

³⁶ GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **A lenda do ouro verde: política de colonização no Brasil contemporâneo**. Recife: EdUFPE, 2021. p. 139.

³⁷ CASALDÁLIGA, Pedro. **Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social**, 1971, (mimeo), p. 7.



ao cristão), portanto pessoas nas quais eles não podiam confiar, também havia manifestações sobre os sertanejos terem “cabelo ruim”³⁸. Essas denúncias são importantes por expor o racismo e o machismo, problemas conhecidos, mas tratados com tolerância na sociedade nacional naquele momento.

Os Murais da Libertação

São onze obras murais de tamanhos variados, pintadas pelo artista espanhol Maximino Cerezo Barredo entre 1977 e 2001, durante suas visitas à Prelazia de São Félix do Araguaia. Estão dentro de oito Igrejas diferentes em sete cidades, todas pertencente à Prelazia.

Os murais foram pintados a partir de reuniões do artista com a comunidade de fiéis dos locais. Elaborava-se um projeto que era apresentado aos membros daquela Igreja, discutido e executado. Nessas obras, as pessoas se viam representadas, pois elas retratavam momentos importantes de cada comunidade. A luta contra o latifúndio no mural da matriz de São Félix do Araguaia, o conflito do ambulatório e a luta contra a CODEARA, na Igreja de Santa Terezinha, a exaltação ao papel das mulheres em Luciara e a denúncia do desmatamento e o apelo ecológico em Querência.

Figura 2 - Mural da Libertação: “A Páscoa de Cristo e a Páscoa do Povo”. Na Catedral de São Félix do Araguaia, 1977. Maximino Cerezo Barredo.



Fonte: CASALDÁLIGA, Dom Pedro; BARREDO, Maximino Cerezo. **Murais da Libertação na Prelazia de São Félix do Araguaia, Mato Grosso, Brasil.** Fotografias: José María Concepción. São Paulo: Edições Loyola, 2005. p. 68.

Em todos os murais houve uma preocupação em retratar as pessoas da comunidade. Seus rostos inspiraram as personagens nas obras, seu cotidiano, ferramentas, diversidade étnica, tudo serviu de base para os estudos e a execução.

³⁸ CASALDÁLIGA, Pedro. **Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social**, 1971, (mimeo), p. 7-8.

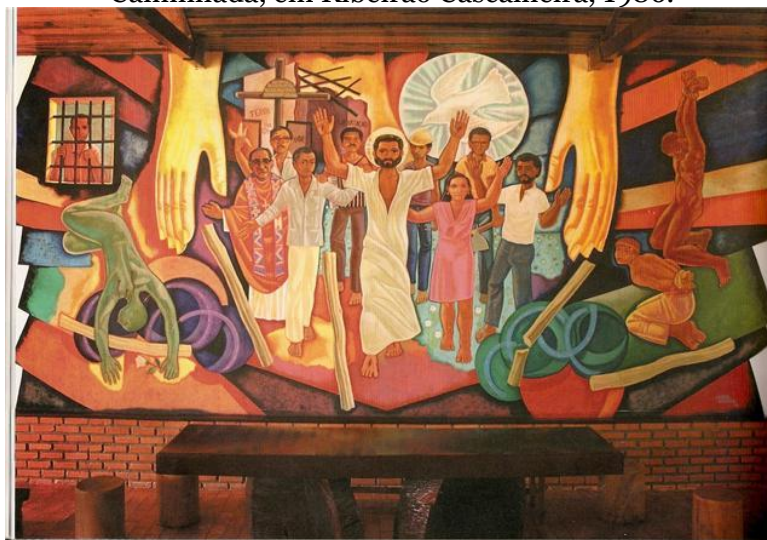


Mas, o mais importante foi a memória comunitária que ajudou a compor o tema de cada pintura e por isso essas obras são importantes registros de resistência, em especial as cinco primeiras elaboradas entre 1977 e 1989. Nessas, estão representados episódios de enfrentamento com conflito armado, repressão das Forças Armadas, a força do capital avançando sobre as terras dos indígenas e posseiros e os assassinatos. Em todos os onze murais, a Teologia da Libertação é elemento presente.

O Santuário dos Mártires pela Libertação e a Caminhada dos Mártires

Em um desses murais, denominado “O maior Amor” (1986), que está no altar mor do Santuário dos Mártires da Caminhada, localizado na cidade de Ribeirão Cascalheira, há referência ao assassinato do Padre João Bosco Burnier, ocorrido em 1974 por policiais militares. Pedro Casaldáliga e João Bosco foram até a delegacia intervir em favor de duas mulheres presas ilegalmente e torturadas. Houve discussão e o policial atirou no padre que estava usando o hábito, sem dar atenção ao bispo que estava usando camisa com manga curta, como lhe era característico. A população se revoltou, destruiu a delegacia e expulsou a polícia da pequena cidade. Em um *banner* de divulgação do Santuário, está descrito sob a foto da delegacia em ruínas “No sétimo dia do Martírio do Pe. João Bosco, o povo plantou a Cruz da Libertação e derrubou a cadeia delegacia, símbolo do cativeiro” (Prelazia de São Félix do Araguaia, s/d).

Figura 3 - Mural da Libertação: “O Maior Amor”. No santuário dos Mártires da Caminhada, em Ribeirão Cascalheira, 1986.



Fonte: CASALDÁLIGA, Dom Pedro; BARREDO, Maximino Cerezo. **Murais da Libertação na Prelazia de São Félix do Araguaia, Mato Grosso, Brasil**, 2005. p. 62³⁹.

Na área onde ocorreu este episódio, foi construído o Santuário dos Mártires pela Libertação. Nele, estão expostas fotos, gravuras e pequenos textos explicativos sobre as pessoas que deram a vida a serviço de uma causa ou de sua comunidade, vitimadas pela violência do Estado ou de forças repressivas.

Dom Pedro Casaldáliga deu início, nos anos seguintes, a uma tradição que se estendeu até o final de sua vida, de promover em Ribeirão Cascalheira, local do assassinato, uma procissão que foi batizada de “Caminhada dos Mártires pela Libertação”, ela ocorria nos anos ímpares e celebrava todos e todas aqueles e aquelas que deram a vida e a morte por seus irmãos. Nas palavras de Dom Pedro Casaldáliga:

Deus da Vida e do Amor, Trindade Santa: em irmandade com os Mártires da caminhada de Nossa América, vos louvamos e agradecemos pela força que derramastes em seus corações para darem a vida e a morte pela Vida no Amor.

Como Jesus, foram fiéis até o fim e deram a prova maior. Por Ele e com Ele venceram o pecado, a escravidão e a morte e vivem gloriosos, sendo páscoa na Páscoa.

Derramai também em nós o vosso Espírito de união, de fortaleza e de alegria, para que demos totalmente nossas vidas pela causa do vosso Reino.

Por esses muitos irmãos e irmãs, testemunhas pascais. Por Maria, a mãe da Testemunha Fiel. E pelo mesmo Jesus Cristo, o Crucificado Ressuscitado, Primogênito vencedor da morte.

Amém, Axé, Awere, Aleluia!⁴⁰

Com sensibilidade e inteligência, Dom Pedro resignificou o assassinato do Padre João Bosco em martírio, a partir do texto bíblico entranhado no cotidiano e na cultura dessas pessoas simples e repetido em missas e novenas, “se o grão não morre...” (João, 12:24). O episódio traumático e extremamente violento, que poderia ter intimidado os moradores locais nos enfrentamentos contra as forças que os reprimiam, tomavam suas terras e os forçava a migrar, foi transformado em motivação para continuar a resistir. O mesmo princípio foi reproduzido pelo Instituto Histórico Centro-Americano de Manágua, em 1980,

³⁹ Representados no mural, da esquerda para a direita: Dom Oscar Romero, Marçal Tupã-i, Pe. João Bosco Burnier, Sebastião Rosa da Paz, Jesus Cristo, Santo Dias da Silva, Margarida Alves, Raimundo Ferreira Lima, Pe. Josimo Moraes Tavares.

⁴⁰ CASALDÁLIGA, Pedro. Oração dos Mártires da Caminhada. Folheto de divulgação, 2011.



ao divulgar o Novo Martirológio da América Latina, reproduzido em folhetos, revistas e com o objetivo de fazer chegar a informação às Comunidades de Base latino-americanas. Segundo os autores “Este trabalho... precisa voltar ao povo... de que saíram todos esses homens e mulheres para entregar generosamente, seu próprio sangue pelo Reino de Deus”⁴¹.

Conclusão

A ditadura militar no Brasil, a pretexto de assegurar a segurança nacional, dirigiu para a Amazônia um conjunto de medidas consistentes, duradouras e lastreadas em recursos públicos. O resultado prático foi a abertura de novos espaços para a integração pelo capital nacional e internacional, contrariando o tom nacionalista que pautava os discursos das autoridades militares voltados, em síntese, para a salvação nacional e para a construção de um país moderno e desenvolvido.

Para os povos originários, quilombolas, comunidades extrativistas e posseiros que habitavam a floresta, o resultado foi trágico. Foram expulsos das terras nas quais viviam, empurrados para o interior da floresta ou para os núcleos urbanos que nasciam, à medida que estradas eram abertas, projetos de colonização criados e fazendas instaladas. Parte dessa população se tornou mão de obra barata nesses empreendimentos, outros migraram e alguns resistiram.

A constituição de milícias privadas, por vezes exercendo o poder de polícia, tornou-se uma prática comum na Amazônia. Como visto acima, o capitão Ailson Loper delegou a um civil (Moacir Ferreira – Piloto da fazenda FRENOVA), a responsabilidade de vigiar os posseiros presos ilegalmente, entregando-lhe uma arma de fogo e “autorizando” o seu uso.

A violência empregada de forma racionalizada e burocratizada pelo governo militar se impôs por meio da coerção social para o controle dos lavradores, cerceando os seus direitos e contribuindo, assim, para a manutenção das estruturas produtivas em detrimento da economia de subsistência das comunidades rurais. Policiais civis e militares, delegados de polícia, vereadores e prefeitos, capatazes e administradores das fazendas agiam em nome dos ideais

⁴¹ Publicado no Brasil com o título “Sangue pelo Povo”, em 1984. INSTITUTO Histórico Centro-Americano de Manágua, 1984, p. 11.



acima mencionados e munidos de poder conferido pelas circunstâncias locais, cometeram violações e crimes, como os vistos acima.

Tal como Eichmann na análise de Arendt⁴², estas pessoas estavam a serviço do Estado ou do capital e agiam para assegurar seus empregos, cumprindo ordens superiores. Não havia o sentimento de "bem" ou "mal" em seus atos não desculpáveis nem inocentes, mas o que os tornou possíveis, foi um modelo de Estado, baseado na exclusão do diferente, que colocou os interesses ditos públicos e do capital, acima das vidas daquelas pessoas que, desconsideradas em seus direitos básicos, tornaram-se alvos de todo tipo de violência e, no caso de grupos indígenas, mesmo de atos de extermínio.

Na medida em que os investimentos econômicos no campo foram assegurados, a violência contra os trabalhadores rurais se tornou legítima para que estes não colocassem em risco os empreendimentos agropecuários. O Estado que deveria garantir a segurança dos cidadãos, aparece através do excesso de poder que decide sobre o direito à vida daquelas pessoas.

Quanto à presença de Pedro Casaldáliga, Bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia, propus a partir de Certeau⁴³, ver a sua presença/ação como condicionante na produção de espaços, rompendo certas ordens, desnudando-as, conflitando-as, enfim, rompendo com a visão única, paradigmática de lugar vazio, selvagem, incivilizado, para nos mostrar as riquezas dos indígenas, dos posseiros, da natureza, denunciando os conflitos agrários, a exploração dos peões, as injustiças cometidas pelos agentes públicos e pelo poder econômico, enfim expondo um espaço de fronteira rico e diverso, como não se havia visto até aquele momento.

A Carta Pastoral é um documento que marcou época, pois denunciou a grilagem de terras, a exploração de trabalhadores, o desrespeito aos direitos humanos, colocou a Igreja de São Félix em um claro alinhamento com a mensagem da Teologia da Libertação e impôs aos membros do clero brasileiro a necessidade de refletir sobre os temas ali colocados, leva-os a discutir em outros termos (não apenas teóricos ou eclesiais) os documentos conciliares e, por

⁴² ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: Um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia da Letras, 1999.

⁴³ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 201.



fim, fez uma contra propaganda da Ditadura militar, que afirmava estar modernizando a Amazônia.

Podemos considerar como resultados da ação de Dom Pedro Casaldáliga, de sua equipe e de outros religiosos presentes nesta parte da Amazônia, igualmente comprometidos com as mesmas causas sociais, ecológicas e humanitárias (como o Padre Ricardo Rezende Figueira em Rio Maria no Pará), a criação do Conselho Indigenista e Missionário em 1972, a divulgação pela CNBB do documento “Eu ouvi os clamores do meu povo” em 1973, A criação da Comissão Pastoral da Terra em 1975, a celebração da Missa da Terra Sem Males, marco de uma liturgia afinada com a raízes do povo, renovada, viva e inculturada, em 1975, para mencionar apenas algumas.

Dom Pedro Casaldáliga esteve à frente da Prelazia de São Félix do Araguaia até sua aposentadoria compulsória em 2005. Manteve-se coerente com as causas defendidas desde a sua chegada ao Araguaia mato-grossense. Escreveu livros de poesias, orações, memórias, ajudou na divulgação de causas que considerava importantes, como em sua participação na Missa dos Quilombos (1981), e atuou pela desintrusão das terras Xavante de Marãiwatsédé, ocorrida em 2012⁴⁴.

Por ocasião de sua aposentadoria, analisando os tempos de sua chegada em plena ditadura militar e a primeira década do século XXI, dizia que os militares já não eram mais necessários. Foram substituídos por empresários e banqueiros. A ditadura militar foi substituída pela ditadura econômica, a Doutrina de Segurança Nacional pela doutrina de segurança econômica. A violência e a guerrilha deram lugar à violência social exasperada.

Mesmo diante desse diagnóstico cortante, mas muito plausível, que poderia nos levar a tomar tais palavras como desesperançadas, afirmou “Van Gogh, apesar de ter visto caírem durante sua vida tantos moinhos, simbólicos, escrevia a seu irmão Theo: mas o vento continua”⁴⁵.

Data de submissão: 05/06/2024

Data de aceite: 04/07/2025

⁴⁴ A invasão dessa terra ocorreu no final dos anos 1960, deu origem à Agropecuária Suiá-Missú, em 1992 foi formalmente devolvida aos Xavante e invadida por fazendeiros e colonos, até a ordem de retirada dessas pessoas em 2012. Cf. ROSA, Juliana Cristina da. **A luta pela terra Marãiwatsédé**, 2015.

⁴⁵ CASALDÁLIGA, Dom Pedro. Mas o vento continua. América Latina em movimento. Mar. 2005. Disponível em <https://www.alainet.org/es/node/111503> Acesso em 09 de maio de 2024.



Referências

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: Um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia da Letras, 1999.

CANUTO, Antônio. **Resistência e luta conquistam território no Araguaia mato-grossense**. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

CASALDÁLIGA, Dom Pedro. **Creio na justiça e na esperança**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CASALDÁLIGA, Dom Pedro. Mas o vento continua. América Latina em movimento. Mar. 2005. Disponível em <https://www.alainet.org/es/node/111503>
Acesso em 09 de maio de 2024.

CASALDÁLIGA, Dom Pedro; BARREDO, Maximino Cerezo. **Murais da Libertação na Prelazia de São Félix do Araguaia, Mato Grosso, Brasil**. Fotografias: José María Concepción. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

CASALDÁLIGA, Pedro. **Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social**. São Félix do Araguaia, 1971. (mimeo).

CASTRAVECHI, L. A. **A Prelazia de São Félix do Araguaia e a luta pela terra em Porto Alegre do Norte/ Mato Grosso (1970-1980)**: migração e conflito no campo. 359p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2017.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CONDE, Armando. **A riqueza da vida**: memórias de um banqueiro boêmio. São Paulo: Record, 2006.

ESTERCI, Neide. **Conflito no Araguaia**: peões e posseiros contra a grande empresa. Petrópolis: Vozes, 1987.

FEITOSA, Beatriz dos Santos de Oliveira. A problemática da desterritorialização do pequeno produtor na microrregião norte Araguaia mato-grossense. In: BARROZO, João Carlos (org.). **Norte Araguaia**: territórios e conflitos. Belém: NAEA, 2019.

GOMES, Maria Henriqueta dos Santos. **Um grande ateliê**: a arte a serviço da missão (1977-2001). 188p. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2012.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **A lenda do ouro verde**: política de colonização no Brasil contemporâneo. Recife: EdUFPE, 2021. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/book/744>. Acesso em: 10 maio 2024.

INSTITUTO Histórico Centro-Americano de Manágua. **Sangue pelo Povo**. Martirologio Latino-Americano. Petrópolis: Vozes, 1984

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MENEZES, Fernanda de Queiróz. **Pedro Casaldáliga e sua prática social no período da ditadura civil-militar**: 1968 a 1980. 213p. Dissertação (Mestrado



em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2016.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A estratégia de acomodação na ditadura brasileira e a influência da cultura política. **Páginas** - Revista digital de la Escuela de Historia, Universidad Nacional de Rosario, ano 8, n. 17, p. 9-25, maio/ago. 2016.

MOURA, Bruno de Freitas. Ditadura militar ou civil-militar? *In*: Agência Brasil. Rio de Janeiro, 31 de março de 2024. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-03/ditadura-militar-ou-civil-militar-saiba-o-que-esta-por-tras-dos-nomes>. Acesso em: 21 ago. 2024.

ROSA, Juliana Cristina da. **A luta pela terra Marãiwatsédé**: povo Xavante, Agropecuária Suiá Missú, posseiros e grileiros do Posto da Mata em disputa (1960-2012). 2015. 318 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Cuiabá, 2015.

SERBIN, Kenneth P. **Bispos e Militares**: tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SERJE, Margarita. El 'E/estado de frontera': las fronteras del capitalismo en América Latina. *In*: ROMANI, C.; MENEGAT, C.; ARANHA, B. (org.). **Fronteiras e Territorialidades**: miradas sul-americanas da Amazônia à Patagônia. São Paulo: Intermeios, 2019.

